

Representações sociais dos riscos de desastres em Petrópolis (Rio de Janeiro), segundo seus moradores

Social representations of disaster risks in Petrópolis (Rio de Janeiro), according to its residents

Representaciones sociales de los riesgos de desastres en Petrópolis (Rio de Janeiro), según sus habitantes

Christina Cavallari¹

Julio Cesar Cruz Collares-da-Rocha²

Resumo

Cavallari, C. Collares-da-Rocha, J. C. C. Representações sociais dos riscos de desastres em Petrópolis (Rio de Janeiro), segundo seus moradores. *Rev. C&Trópico*, v. 49, n. 2, p. 281-302, 2025. Doi: 10.33148/ctrpico.v49i2.2679

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o conteúdo e a estrutura das representações sociais do risco de desastre em Petrópolis (Rio de Janeiro), segundo moradores do bairro Alto da Serra, utilizando a teoria das representações sociais de Serge Moscovici e, em especial, a teoria do núcleo central de Jean-Claude Abric. O instrumento de pesquisa foi um questionário com teste de associação livre de palavras para o termo indutor “risco de desastres em Petrópolis”, perguntas exploratórias sobre o tema e caracterização do grupo pesquisado. A pesquisa foi realizada com 100 moradores do bairro do Alto da Serra, em Petrópolis, (o bairro mais afetado pelos desastres de 2022, com 93 vítimas fatais). A análise de dados realizada foi a prototípica para identificação da estrutura e dos conteúdos presentes no provável núcleo central e no sistema periférico da representação social, utilizando o software Iramuteq. As demais questões passaram por análise descritiva. Na análise prototípica para o termo indutor “risco de desastres em Petrópolis”, as cognições que emergiram no provável núcleo central dessa representação foram “medo”, “desespero”, “enchente” e “desabamento”. Concluímos que as representações sociais têm o provável núcleo central formados por emoções e sentimentos negativos, demonstrando um conhecimento afetivo em relação ao risco de desastres, que parece indicar dificuldade de lidar com eles, sendo os mais comuns, em Petrópolis, as enchentes e os desabamentos. Parece-nos que faltam ação e protagonismo por parte dos participantes para lidar com a questão, restando-lhes apenas sentir e reconhecer as fontes de risco.

Palavras-chave: Riscos; Desastres; Representações sociais; Teoria do núcleo central; Petrópolis.

Abstract

Cavallari, C. Collares-da-Rocha, J. C. C. Social representations of disaster risks in Petrópolis (Rio de Janeiro), according to its residents. *Rev. C&Trópico*, v. 49, n. 2, p. 281-302, 2025. Doi: 10.33148/ctrpico.v49i2.2679

This study aimed to analyze the content and structure of social representations of disaster risk in the city of Petrópolis (Rio de Janeiro), according to residents of the Alto da Serra neighborhood, using Serge Moscovici's theory of social representations and, in particular, Jean-Claude Abric's central core theory. The research instrument was a questionnaire with a free word association test for the inducing term “disaster risk in Petrópolis”, exploratory questions on the topic, and characterization of the researched group. The research was conducted with 100 residents of the Alto da Serra neighborhood in Petrópolis (the neighborhood most affected by the 2022 disasters, with 93 fatalities). The data analysis was prototypical to identify the structure and content present in the probable central core and peripheral system of social representation, using Iramuteq software. The other questions underwent descriptive analysis. In the prototypical analysis for the inducing term “disaster risk in Petrópolis”, the cognitions that emerged in the probable central core of this representation were “fear”, “despair”,

¹ Psicóloga. Mestre em Psicologia pela Universidade Católica de Petrópolis. E-mail: christinacavallari@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1349-1112>

² Psicólogo. Mestre e doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor da graduação e do Mestrado em Psicologia da Universidade Católica de Petrópolis. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estácio de Sá. E-mail: juliorochapesquisa@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1611-1920>

“flood” and “landslide”. We concluded that social representations have a probable central core formed by negative emotions and feelings, demonstrating an affective knowledge of disaster risk, which seems to indicate difficulty in dealing with them, the most common in Petrópolis being floods and landslides. It seems to us that participants lack the action and leadership needed to deal with the issue, leaving them only to feel and recognize the sources of risk.

Keywords: Risks; Disasters; Social representations; Central core theory; Petrópolis.

Resumen

Cavallari, C. Collares-da-Rocha, J. C. C. Representaciones sociales de los riesgos de desastres en Petrópolis (Rio de Janeiro), según sus habitantes. *Rev. C&Trópico*, v. 49, n. 2, p. 281-302, 2025. DOI: 10.33148/ctrpico.v49i2.2679

El objetivo de esta investigación fue analizar el contenido y la estructura de las representaciones sociales del riesgo de desastres en la ciudad de Petrópolis (Rio de Janeiro), según los residentes del barrio Alto da Serra (el más afectado por los desastres de 2022, con 93 víctimas mortales), utilizando la teoría de las representaciones sociales de Serge Moscovici y, en especial, la teoría del núcleo central de Jean-Claude Abric. El instrumento de investigación fue un cuestionario con una prueba de asociación libre de palabras para el término inductor “riesgo de desastres en Petrópolis”, preguntas exploratorias sobre el tema y caracterización del grupo investigado. La investigación se llevó a cabo con 100 residentes del barrio de Alto da Serra, en Petrópolis. El análisis de datos realizado fue prototípico para identificar la estructura (casa de cuatro cuadros) y los contenidos (cogniciones) presentes en el probable núcleo central y en el sistema periférico de la representación social, utilizando el software Iramuteq. Las demás cuestiones se sometieron a un análisis descriptivo. En el análisis prototípico para el término inductor “riesgo de desastres en Petrópolis”, las cogniciones que surgieron en el probable núcleo central de esta representación fueron “miedo”, “desesperación”, “derrumbe” e “inundación”. Concluimos que las representaciones sociales tienen un núcleo central probablemente formado por emociones y sentimientos negativos, lo que demuestra un conocimiento afectivo en relación con el riesgo de desastres, lo que parece indicar una dificultad para lidiar con ellos, siendo los más comunes en Petrópolis las inundaciones y los desprendimientos. Nos parece que falta acción y protagonismo por parte de los participantes para lidiar con el tema, quedándoles solo sentir y reconocer las fuentes de riesgo.

Palabras clave: Riesgos; Desastres; Representaciones sociales; Teoría del núcleo central; Petrópolis.

Data de submissão: 10/10/2025

Data de aceite: 12/11/2025

1. Introdução

O município de Petrópolis-Rio de Janeiro possui vasto histórico de eventos adversos que causam vítimas fatais e pessoas afetadas direta e indiretamente. Foram registrados 40 eventos desastrosos ocorridos nos 179 anos desde a fundação da cidade. Nos últimos 34 anos foram computadas cerca de 652 mortes, além de grande impacto na economia da cidade, entre outros prejuízos enfrentados pela comunidade.

Assumpção (2015) afirma que Petrópolis foi fundada em razão de uma determinação do Imperador D. Pedro II, que promulgou o Decreto número 155 em 16 de março de 1843. Cerca de três anos após o referido decreto, foi projetada a Vila Imperial pelo Major Júlio Frederico Koeler (arquiteto), através do que ficou conhecido como Plano Koeler, que era um projeto urbanístico que previa ocupação do solo e desenvolvimento, bem como estabelecia a condução das águas (incluindo as águas pluviais) e estipulava a construção de uma rede de

drenagem, nunca realizada. Existem explicações técnicas sobre como Petrópolis se caracteriza, envolvendo a geomorfologia (ventos que atuam levando a umidade de Magé para Petrópolis, padrão geológico de grandes relevos e declividades), a hidrogeologia (microbacia hidrográfica composta de rios que cruzam o mapa da cidade, com falta de rede de drenagem), além da ação humana (ocupação irregular das encostas a partir de 1960, desmatamento, poluição ocasionada pelas fábricas e decorrente do desenvolvimento urbano e aumento populacional). O número de moradores da cidade saltou de 75 mil, na década de 1940, para quase 300 mil em 2014. A repetição de eventos naturais, não prevenidos ou mitigados, gerou um ciclo de desastres.

Em face das diversas e constantes mudanças na cidade desde a década de 1960, certas ocupações chamavam a atenção, ocasionalmente, “quando no período de maior concentração pluviométrica petropolitana, os escorregamentos nesses terrenos abrem de par em par as desigualdades espaciais advindas de um solo urbano raro” (Ambrozio, 2013, p. 67-68). Isso demonstra que a ocupação urbana desordenada é um problema histórico e que as chuvas favorecem os desastres.

Assumpção (2015) informou que a primeira inundação registrada (apesar de haver especulações sobre enchentes datadas de 1834) consta como ocorrida no ano de 1850, tendo sido tomadas medidas que, nos anos subsequentes, mostraram-se ineficazes, tais como o alargamento do canal do rio. Nessa época, já eram registradas vítimas fatais. Os problemas enfrentados eram atribuídos ao destino. Em 10 de janeiro de 1856, foi registrada nova enchente que destruiu ruas, pontes e praças, além de obstruir o escoamento dos rios. Em 1859, chuvas devastaram a cidade, afetando morros, soterrando residências e obstruindo os rios, com registro de mais vítimas. O ciclo de desastres em Petrópolis continuou a se repetir nas seguintes datas: 1862, 1866, 1873, 1875, 1882, 1883, 1886, 1889, 1895, 1897, 1905, 1924, 1929, 1930, 1935, 1945, 1964, 1965, 1966, 1988, 2001, 2004, 2008, 2011 e 2013.

2. A noção de risco de desastre

Nesta pesquisa, deseja-se analisar as representações sociais do risco de desastres em Petrópolis por parte dos moradores do bairro do Alto da Serra, local onde houve o maior número de mortes e afetados. Procuramos saber como o conhecimento social é compartilhado acerca da naturalização/acomodação ou desnaturalização/não acomodação dos impactos sofridos quando ocorre um evento danoso, seja ele decorrente de fenômenos naturais ou humanos, que geram consequências desastrosas para e na sociedade.

De forma mais superficial, o desastre e as situações de risco podem ser naturalizados, ou seja, ser atribuídos às questões da natureza, sem a contribuição da ação humana e, por isso, seriam inevitáveis, não previsíveis e, portanto, não possíveis de prevenção. Moraes, Chamon e Chamon (2009) indicaram que, em tempos remotos, a gestão de riscos era uma prerrogativa dos deuses, ou seja, ao homem apenas cabia se acomodar diante dos efeitos do desastre.

Aos poucos, os riscos decorrentes de situações de vulnerabilidade social, ecológica, política e econômica passaram a ser levados em conta quando se analisa um fenômeno denominado de desastre, considerando-se a falta de suporte social para impedir ou mitigar os efeitos degradantes, o que é feito com ações sociais mais seguras, sustentáveis e resilientes. O foco passou, então, da ação da natureza para a questão da vulnerabilidade da sociedade.

Beck (2010) mostra como o conceito de risco é inerente à vida na sociedade. Por conveniência social, visando preservar a classe que lucra com atividades políticas e industriais que incrementam os riscos sociais, muitas vezes, registram-se discursos negacionistas ou que cultuam fatos alternativos como justificativas para a suposta falta de correlação entre as práticas fomentadoras do risco e a ocorrência prática dos problemas ambientais.

Riscos, assim como riquezas, são objeto de distribuição, constituindo igualmente posições de ameaça ou posições de classe. Trata-se, entretanto, tanto num como outro caso, de um elemento completamente distinto e controverso na sua distribuição. No caso das riquezas sociais, trata-se de bens de consumo, renda, oportunidades educacionais, propriedade etc., como bens escassos, cobiçados. Em contraste, as ameaças são subprodutos modernos de uma abundância a ser evitada. Cabe ou erradicá-las ou então negá-las. A lógica positiva da apropriação é assim confrontada por uma lógica negativa do afastamento pela distribuição, rejeição, negação e reinterpretiação (Beck, 2010, p. 21-22).

Dutra (2015) afirma que está incutido no conceito de risco a ausência de políticas públicas preventivas, mitigadoras. Assim, o risco não seria apenas aquele compreendido como uma possibilidade de um evento fenomênico de origem humana ou natural de causar dano à sociedade, como originalmente era concebido, apenas como um evento externo nefasto.

O mesmo Dutra (2017) critica a chamada “sociedade de risco” desenhada por Beck, ao argumentar que a desigualdade na distribuição de riscos não se sustenta apenas nas relações sociais, mas revela “a existência de interesses políticos como princípio orientador da distribuição dos danos ambientais” (p. 51). Desta forma, a omissão social de gerenciamento de risco se evidencia e pode ser culpabilizada.

Lourenço (2018, p. 11) indica que estamos diante da ciência cindínica, isto é, “a ciência que estuda os riscos naturais, antrópicos e mistos, bem como a prevenção das suas

plenas manifestações, as catástrofes”. Concentra-se no estudo global dos riscos, por meio de uma análise e visão holísticas do tema.

Younes-Ibrahim, Pinheiro e Pardo (2019) destacam que existem três ciclos de concepção e gerenciamento do desastre propostos por Robles e Medina (isto é, uma cosmovisão de cunho religioso, outra cosmovisão como percepção naturalista, e uma abordagem psicossocial do desastre).

Acerca da percepção naturalista, Revet (2011) afirma que há uma ideologia de impor uma prevenção hierarquizada, de cima para baixo, no qual a ciência e a tecnologia oriunda da ciência permitiriam a divulgação de informação e orientariam a população vulnerável. Aqui existe a ênfase na vulnerabilidade e na resiliência como orientadores no gerenciamento do risco e do desastre. Essa percepção do problema, de acordo com Revet (2011) trata o desastre de forma política, forma na qual ciência e tecnologia se unem para, contraditoriamente, adotar medidas que enfatizam ser o desastre um evento natural.

A compreensão política do desastre pode ser lida a partir da ecologia política proposta por Moscovici (2007): ele comprehende que o movimento que criou e propagou, chamado de ecologia política, significa uma escolha pela natureza e a partir da natureza. Esse movimento aduziu que o ser humano não pode se colocar fora da natureza, posto que está inserido nela e, ao mesmo tempo, se apresenta como criador da natureza, em especial dos movimentos naturais da modernidade.

Pelo entendimento de uma política ecológica, o ser humano é responsável e ao mesmo tempo integrante da natureza que escolhe proteger, devastar, explorar, pesquisar, tornar objeto de sua criação por intermédio do conhecimento científico. Esse ser humano é também ator e protagonista dos desastres quanto à sua compreensão, fomentação, prevenção, redução e todas as demais ações que envolvem o gerenciamento de desastres. Daí provém a chamada compreensão psicossocial do problema.

Importante destacar a nota de Younes-Ibrahim, Pinheiro e Pardo (2019, p. 369) acerca da percepção do risco e do desastre, que comprehende o problema em sua apreensão psicossocial, visto que “a ótica é não excluir nem a tecnologia nem a ciência, mas construir em conjunto com a inclusão de vivência dos sobreviventes dos desastres, concebendo também as dimensões psicológica, social, cultural e ecológica”.

Essa compreensão psicossocial pretende dar voz aos afetados e vítimas. Nesse tipo de entendimento, a prevenção, mitigação, resposta e recuperação seriam organizados por políticas públicas de fato efetivas, já que seriam respaldadas em fatos reais experienciados por

vítimas e afetados. Essas ações teriam a possibilidade de produzir efeito real nas práticas quotidianas ou extraordinárias diante dos riscos.

Assim, com a presente pesquisa, pretendemos refletir e explorar a forma como o risco de desastre em Petrópolis é pensado diante das conjecturas conceituais do fenômeno de risco, partindo-se do conhecimento social compartilhado. Ele pode ser encarado como um evento externo ou como uma falta de política pública efetiva para impedir ou mitigar seus efeitos, ou, ainda provocar a culpabilização de instituições pela sua ocorrência. Tudo isso parece estar relacionado com a forma que a sociedade recebe o acontecimento, o que pode ocorrer de várias maneiras. Uma delas é a conformação, quando se tem a crença de que o desastre é um evento externo para o qual nada se contribuiu ou nada se pode fazer para impedir a sua ocorrência.

Pode haver ainda uma concepção de que houve um incremento do risco pela falta de política pública, ou, na concepção psicossocial, uma falta de política pública referenciada (ou efetiva) o que importará em uma sociedade mais consciente e, portanto, mais dinâmica para atribuir ao poder público uma obrigatoriedade de ação eficaz e respeitosa. Ou ainda pode ocorrer uma concepção de que o desastre é um evento da própria sociedade, visão na qual parece haver uma certa acomodação e aceitação dos seus efeitos.

3. A Teoria das Representações Sociais

Para que ao final possamos abordar o nosso objeto de pesquisa acerca das representações sociais dos riscos de desastres em Petrópolis, segundo os moradores de Alto da Serra, bairro mais afetado da cidade (mortes, deslizamentos e desabrigados), apresentamos, brevemente, a Teoria das Representações Sociais, de Serge Moscovici, e a Teoria do Núcleo Central, de Jean-Claude Abric.

A Teoria das Representações Sociais (TRS) foi elaborada por Serge Moscovici (2012) na obra intitulada *A psicanálise, sua imagem e seu público*, publicada na década de 1960. inaugurando um novo campo que valoriza o senso comum.

Moscovici (2012, p. 47) destaca o senso comum no cotidiano, indicando o seu estatuto como: “o da produção de comportamentos e de relações com o ambiente, da ação que modifica uns e outros, e não a reprodução de comportamentos ou relações, como reação a um dado estímulo externo”.

Diante disso, Jodelet (2001, p. 22) apresenta o conceito definitivo de representação social, ao indicar que ela “é uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada,

com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social". Já Abric (2000, p. 28) define a representação social como uma "visão funcional do mundo que, por sua vez, permite ao indivíduo ou ao grupo dar sentido às suas condutas e compreender a realidade por meio de seu próprio sistema de referências; permitindo assim ao indivíduo se adaptar e encontrar um lugar nesta realidade".

A Teoria do Núcleo Central das representações sociais foi criada por Jean-Claude Abric. Ele defende a existência de uma estrutura das representações sociais, organizada por um núcleo central e o sistema periférico (Abric, 2000).

Abric (2003) destaca, como integradores do núcleo central, os elementos normativos que são integrantes ao sistema de valores individuais, e que, portanto, determinam a apreciação do objeto com julgamento e tomada de decisão e ação. Ele especifica também os elementos funcionais como aqueles que implicam as condutas com o objeto, por meio da inserção do objeto na realidade social.

Abric (2000) esclarece que o sistema periférico se constitui de elementos mais flexíveis e diversificados, dotados de subjetividade, que permitem a ancoragem na realidade, representando também movimentos de possíveis mudanças nas chamadas "Representações Sociais" (RS), bem como podem representar reações a determinada representação social que está em mudança ou evolução.

Ainda de acordo com Abric (2000), o sistema periférico possui três funções, a saber: função concretizadora como sendo o elemento cognoscível que permite compreender e transmitir o objeto representado, lhe concedendo o caráter prático e funcional; função reguladora que é a característica de adaptação da representação face a mudanças e transformações sociais, e; função de defesa, constituindo-se de elementos que formam um sistema tendente a estabilizar e preservar o núcleo central.

Quanto às pesquisas realizadas em representações sociais sobre a questão do risco, Moraes, Chamon e Chamon (2005), pesquisando o risco, indicam que há um dimensionamento do risco de acidentes de trabalho, que é considerado como um desastre. Fica então evidenciada a ação humana como causadora de desastre, sob o argumento de que, no período englobado pelos marcos dos anos de 1972 a 1996, houve 105 mil mortes em acidentes de trabalho no Brasil, ou seja, uma morte a cada duas horas, tendo esses números diminuído nas décadas que se seguiram em razão de ações de diversas naturezas. Os autores concluem que o risco é muito significativo e que, por estratégia de defesa, os trabalhadores negam a existência do risco para se permitirem a continuar a atuar no ambiente perigoso.

4. Metodologia

O presente texto é resultado de uma pesquisa qualitativa e exploratória, que utilizou como referencial a Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici, em especial, com a Teoria do Núcleo Central desenvolvida por Jean-Claude Abric, com o objetivo de analisar os riscos de desastres em Petrópolis, segundo os moradores do bairro do Alto da Serra, local com maior número de mortos, desabrigados e afetados na cidade no ano de 2022. Participaram da pesquisa 100 moradores do bairro, de ambos os sexos, maiores de 18 anos, todos atingidos nos desastres de fevereiro e março de 2022.

Quanto ao instrumento de pesquisa, foi usado um questionário com perguntas utilizando a chamada Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP) com o termo indutor “riscos de desastres em Petrópolis”, seguido perguntas objetivas exploratórias e da caracterização dos participantes (habitação, exposição ao risco, perdas, escolaridade, ocupação, idade, gênero, cor/raça, pessoa com deficiência e relacionamento).

Quanto aos procedimentos, os questionários foram aplicados pela pesquisadora individualmente, junto aos moradores do bairro Alto da Serra, que foram convidados para participar da pesquisa em diversos ambientes, como o Centro de Referência de Assistência Social (Cras) do Alto da Serra, Posto de Saúde Comunitário (PSF) do Alto da Serra, transeuntes e trabalhadores situados na rua Teresa, praça Doutor Miguel Couto e adjacências. No contato com o/a participante, foi apresentada a pesquisa e explicado o objeto do estudo. Aos que aceitaram participar foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em duas vias – tendo uma via sido entregue ao participante e a outra via ficado com a pesquisadora, possibilitando, assim, a aplicação do questionário de pesquisa. O questionário foi submetido ao participante da forma que fosse melhor para ele(a), respondendo diretamente, ou autoaplicado na forma de uma entrevista, na qual a pesquisadora fazia as perguntas ao participante e ele(a) mesmo anotava no questionário. Ao recolher o TCLE e o instrumento de pesquisa, eles foram guardados em separado pela pesquisadora, havendo a desidentificação do participante no questionário. A aplicação dos questionários se deu em novembro e dezembro de 2022.

Quanto à análise de dados, foram realizadas análise prototípica das evocações livres para o termo indutor indicado, utilizando o software Iramuteq. As demais questões passaram por análise descritiva (frequência e percentual).

A presente pesquisa foi orientada, do ponto de vista ético, pelas resoluções do Conselho Nacional de Saúde (CSN) nº 510 de 07 de abril de 2016 e nº 674 de 06 de maio de

2022, submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica de Petrópolis (CEP/UCP), utilizando a Plataforma Brasil e foi aprovada no dia 16/11/2022, com o número de parecer 5.759.854.

5. Resultados

Quanto ao perfil dos participantes na pesquisa, a maioria era formada por homens. Das pessoas entrevistadas, 56% são do sexo masculino, 21% tinham entre 18 e 29 anos, 60% se consideravam brancos, 94% não eram pessoas com deficiência, 72% trabalham, 41% eram prestadores de serviços, 47% tinham o Ensino Médio, 48% eram casados, 72% estavam em um relacionamento, e 36% moram com cônjuge/companheiro(a) mais um familiar.

Quanto aos resultados sobre as questões exploratórias sobre riscos de desastres, 75% disseram já ter conversado sobre os riscos de desastres, 89% acreditam na importância de conversar sobre o tema, 81% já conversaram sobre os desastres de Petrópolis, 62% sabem o que fazer diante de situação de risco e 64% disseram conseguir ouvir, de suas residências, as sirenes de alerta da Defesa Civil.

Quanto ao resultado da análise prototípica realizada com o software Iramuteq e a discussão para o termo indutor “risco de desastres em Petrópolis”, apresentamos a Tabela 1 a seguir.

Tabela 1: Análise prototípica referente ao termo indutor “risco de desastres em Petrópolis” (n=100)

F > = 12.94/OMI < 2,28			F > = 12.94/OMI > = 2,28		
Núcleo Central	F	OMI	Primeira Periferia	F	OMI
Medo	47	2.2	Ansiedade	19	2.5
Desespero	24	1.8	Preocupação	15	2.3
Desabamento	19	1.8			
Enchente	15	2.2			
F < 12.94/OMI < 2,28			F < 12.94/OMI > = 2,28		
Zona de Contraste	F	OMI	Segunda Periferia	F	OMI
Chuva	12	2.2	Morte	10	2.9

F >= 12.94/OMI < 2,28			F >= 12.94/OMI >= 2,28		
Tristeza	11	1.8	Família	8	3.5
Barreira	7	1.9	Perda	6	3.3
Fuga	6	2.0	Descaso	6	2.8
Trauma	5	2.2	Socorro	5	3.2
			Ajuda	5	2.8

Fonte: Os autores.

Apresentamos na Tabela 1 o resultado da análise prototípica para o termo indutor “risco de desastres em Petrópolis” no chamado “quadro de quatro casas de Vergès”. As cognições que emergiram no provável Núcleo Central dessa representação foram “medo”, “desespero”, “desabamento” e “enchente”. Todos esses cognemas (isto é, elementos cognitivos básicos) apresentaram frequência maior ou igual a 12,94, frequência mínima de 5 e ordem média menor que 2,28. Quanto à classificação dos elementos do Núcleo Central, as cognições “medo” e “desespero” são normativas, integrando o sistema de valores individuais dos pesquisados e os cognemas “desabamento” e “enchente” são funcionais, indicando como o risco é inserido na percepção da realidade social.

Na chamada Primeira Periferia do quadro, apareceram as cognições “ansiedade” e “preocupação”, todas com frequência maior ou igual a 12,94 e ordem média maior ou igual a 2,28. Já na chamada Zona de Contraste, surgiram as cognições “chuva”, “tristeza”, “barreira”, “fuga” e “trauma”, todos com frequência menor que 12,94 e ordem média inferior a 2,28. Na Segunda Periferia figuraram os cognemas “morte”, “família”, “perda” e “descaso”, todos com frequência menor que 12,94 e ordem média maior ou igual a 2,28.

6. Discussão

Inicialmente, identificamos que os elementos do provável núcleo central do “risco de desastres em Petrópolis” apresentam emoção quanto ao risco (“medo”), sentimento quanto ao risco (“desespero”) e condições adversas relacionadas ao risco (“desabamento” e “enchente”). Então, se pudéssemos estabelecer uma relação de causalidade entre os elementos, numa frase, esta poderia ficar assim: “Para nós, o risco de desastres em Petrópolis é representado por enchente e desabamento, temos medo e ficamos desesperados”.

Quanto à cognição “medo”, presente no provável núcleo central da representação social do “risco de desastres em Petrópolis”, ela foi a mais evocada. A emoção “medo” é constitutiva do ser humano, visando a sua preservação e orientando-o para acionar um alerta diante situações perigosas e direcionar para o enfrentamento (luta) ou fuga (evitação) da situação perigosa, entrando em estado de alerta/prontidão em situações de risco e de desastres ocorridos.

O cognema “medo” também parece ter emergido pelo acionamento de lembranças de fatos experienciados pelos participantes em face dos últimos desastres ocorridos em Petrópolis (2011 e 2022), como memória de fatos históricos que afetaram a si mesmos e/ou pessoas próximas, e, portanto, despertam emoções mais profundas, como o próprio “medo”, ao invés de um estado simples de alerta ou contingência, como seria de se esperar de uma pessoa sem esse histórico de vivência de risco e de desastres, ou sem estar em estado de risco.

O grupo, ao eleger o “medo”, demonstrou uma afetação emocional negativa que favorece uma posição passiva, ou de “evitação” quanto ao risco de desastre, onde resta apenas a sujeição do sujeito aos danos decorrentes do evento adverso, não dando espaço para aparecimento de uma possibilidade de confrontação, enfrentamento ao desastre, sabendo-se dos riscos.

O cognema “medo”, aqui evocado, mostra-se uma emoção amplamente respaldada pela realidade fática do grupo representado, tendo em vista todos os sinistros acontecidos com as enchentes de 2022 em Petrópolis e suas consequências práticas. Este é o motivo pelo qual a cognição “medo” aparece de forma expressiva tanto quando se representa o risco de desastre, quanto ao desastre propriamente dito.

Refletindo sobre o medo e como ele implica na atuação em *Defesa Civil*, Tavares & Barbosa (2014) informam que aspectos socioculturais como repetições de desastres (seca, estiagem, inundações) implicam um sofrimento contínuo que leva os seres humanos a cultivarem a vivência de um medo constante, emanado pela realidade cruel vivenciada, elevando os estados de alerta ou de contingência próprios de uma pessoa não submetida a essa vivência cruel.

Ferreira (2018), analisando a percepção ambiental relacionado ao risco de desastre na comunidade do Amazonas, também em Petrópolis, identifica que os participantes da pesquisa indicaram, entre as dificuldades na ocorrência de chuva forte, o medo da violência.

Quanto à cognição “desespero”, presente no provável núcleo central, pensamos que tal sentimento emergiu diante da forte carga emocional experienciada em situações de risco de desastre, atuando como um sentimento que ativa a prontidão diante do risco, pois só de pensar

na experiência, o sentimento de desespero retorna ao sujeito, remetendo-o à sensação de fato já vivenciada em outros momentos da vida.

A respeito da cognição “desabamento” presente no provável núcleo central, é importante destacar o aspecto não natural desse evento adverso, visto que, um desabamento é tanto consequência da ação da natureza, mas também especialmente da ação humana, relacionada a aspectos sociais, políticos, de infraestrutura, entre outras variáveis não naturais. Na vivência real da população petropolitana, o risco de desastre se encontra atrelado à ocorrência de enchentes e desabamentos, diante do ciclo de repetição desses eventos adversos na cidade. Relembamos a explicação de Assumpção (2015) sobre a geomorfologia, hidrogeologia, desmatamento, poluição, aumento populacional na cidade que implicam a repetição dos eventos adversos e clara vinculação/responsabilização do risco de desastres às enchentes e desabamentos.

Sobre a cognição “enchente” presente no provável núcleo central, ela é uma consequência das chuvas, mas, principalmente, das questões de infraestrutura relacionadas ao relevo, construções, rios assoreados, problemas nas redes de esgoto e pluvial, entre outros, e que foi representada pelos participantes como um risco de desastre na cidade. A representação está plasmada na realidade social dos participantes pelo motivo de terem sido afetados ou atingidos não apenas pelos desastres de fevereiro e março de 2022, como também continuar enfrentando enchentes sazonais, como as que ocorreram no final do ano de 2022 e ainda no primeiro mês do ano de 2023.

Interessante notar que fechamos a apreciação do provável núcleo central da representação social do risco de desastre em Petrópolis no grupo pesquisado sem que cognições ligadas a responsabilidades sociais e políticas ou formas de prevenção emergissem. Temos aqui, apenas, o sentimento de medo e a emoção de desespero diante dos desabamentos e enchentes, não havendo maiores reflexões sobre aspectos práticos do risco de desastre, como se os conhecimentos que circulam entre o grupo os deixassem sem ação para lidar com a questão, restando sentir e reconhecer as fontes diretas e emergentes de risco.

Diante disso, é mister desnaturalizar os desastres, distinguindo entre fenômenos naturais e os impactos e efeitos destes, o que leva à concepção de construção social dos riscos que é associada à vulnerabilidade, sendo fundamental conhecer as estratégias desenvolvidas por grupos sociais e comunidades para a promoção da gestão dos riscos de desastres de maneira local (García-Acosta, 2021).

Na chamada primeira periferia, quanto à cognição “ansiedade”, pensamos que a evocação do cognema se encontra atrelada ao histórico de repetição de desastres (cerca de 40

em 179 anos desde a fundação de Petrópolis), que evoca na população lembranças, reminiscências e memórias dos eventos adversos a cada chuva mais volumosa que acometeu a cidade, despertando gatilhos de alerta que acionam a visão de um possível novo desastre a qualquer momento, promovendo a emergência do sintoma chamado “transtorno ansioso”.

Yi-Fu Tuan (2005) aponta para o medo como um sentimento complexo que engloba um sinal de alarme, que evoca o instinto de luta ou fuga e, também, um despertar de ansiedade. A ansiedade decorreria da antecipação mental do dano que possa vir a ocorrer, juntamente com uma sensação difusa de medo. A ausência de ameaça imediata/iminente impede a ação defensiva, não havendo também nenhum fato iminente que justifique o medo, mas o pressentimento de perigo que persiste, ou seja, assim se revela o sentimento da ansiedade.

Vemos aqui, como o risco real de desastre permite a antecipação dos eventos danosos e levam à ansiedade. A presença da cognição “ansiedade”, com frequência 19, se mostrou condizente com 62% dos participantes que informaram saber o que fazer diante de risco de desastre, ou seja, 19 evocações representam sentimentos ansiosos, frente a 38% que não sabem o que fazer diante de situações de risco. Indicando que o saber o que fazer (ou também podemos indicar o que seria um achar saber o que fazer diante de situação de risco, já que é muito difícil saber o que fazer diante de uma situação real de desastre, que comporta peculiaridades e surpresas), pode ser um fator mitigador de ansiedade, motivo pelo qual a “ansiedade” se encontra na primeira periferia, quadrante este que comporta diferença de conteúdo de opinião entre os participantes, não estando presente no núcleo central da representação social.

Erikson (1998), ao investigar a enchente na cidade de Buffalo Creek de 1972, no estado da Virginia Ocidental, nos Estados Unidos, causada pelo colapso de uma barragem de resíduos de uma carvoaria local, aponta que no rol das condições médicas observadas entre quase a maioria dos sobreviventes do desastre num período menor do que dois anos depois, estava presente a ansiedade, um dos sintomas do transtorno da neurose pós-traumática.

Ainda na primeira periferia, quanto à cognição “preocupação”, deduzimos que parte do grupo representado se volta à consciência para a problemática do risco de desastre, demandando prontidão e alerta acerca dos riscos de desastre e suas consequências. O cognema “preocupação” mostra um estado mental que permite ao sujeito dedicar tempo mental, reflexão, sobre o tema/problema, sendo este indicativo de que parte dos participantes tem um conhecimento que pode prepará-los para lidar com características de alta suscetibilidade de risco, podendo refletir sobre medidas preventivas: a presença desta

cognição na seção intitulada Primeira Periferia da Tabela 1 (acima) demonstra a presença de reflexão para a ação real de combater o risco quando se presentifica o desastre, um tipo de conteúdo que não aparece provável no núcleo central, repleto de sentimento, emoção e consequências adversas sobre o risco de desastre em Petrópolis. Esse achado, somado com a resposta ao questionário no qual 75% dos participantes afirmaram já ter conversado sobre risco de desastre e 89% indicaram achar importante conversar sobre os riscos de desastre, nos revelou uma centelha de que esses participantes são atentos e, talvez, críticos, favorecendo a proposição ou a operação de novas políticas visualizadoras de riscos e preventivas/mitigadoras frente ao problema.

Moraes, Chamon e Chamon (2005), em sua análise sobre as dimensões do risco, atrelaram a falta de preocupação à sensação de controle dos riscos. Em outras palavras, a pesquisa realizada pelos autores apontou que os que sabem dos riscos se preocupam com sua segurança, pois sabem não estar no controle total da situação perigosa.

Sobre a presença do cognema “preocupação” na primeira periferia, é importante perceber que parte dos participantes acredita estar no controle do risco, isto é, acreditam que não serão atingidos pelo desastre. Creem que provavelmente acontecerá com os outros e não consigo próprios. Por essa razão, a “preocupação” não aparece no núcleo central. Importante ressaltar aqui que 62% dos participantes informaram saber o que fazer diante de risco de desastre, fato este que revela haver uma crença de estar no controle, o que justificaria a não presença do cognema “preocupação” no núcleo central da representação social do risco de desastre em Petrópolis.

Em síntese, na primeira periferia, os cognemas representados são “ansiedade” e “preocupação”, sendo que a “ansiedade” decorre do conhecimento prévio de que a situação de desastre vai ocorrer novamente e a “preocupação” se vincula ao controle com o gerenciamento do risco de desastre. Como estão na primeira periferia, são elementos prescritores de comportamentos, indicando que parte do grupo sabe dos riscos de desastres e parte do grupo se preocupa com o gerenciamento dos riscos, pois acreditam não estar no controle.

Passamos a analisar a zona de contraste da representação social do risco de desastre em Petrópolis, que apresentou as seguintes cognições: “chuva”, “tristeza”, “barreira”, “fuga” e “trauma”. Podemos perceber pelas cognições evocadas que não há indicativo para operar mudança da representação social dos riscos perante o grupo representado, tendo em vista a ausência de cognemas relacionados à prevenção/ação por parte dos participantes diante do risco de desastre na cidade.

Quanto à cognição “chuva”, ela emerge como causa geradora de situação de risco: apesar da chuva ser um fenômeno natural, sua manifestação, em contato com a localidade, ou a cidade, a transforma, também, num fenômeno social.

Convém resumir a problemática em relação ao cognema “chuva” e as inundações decorrentes das chuvas da seguinte forma: “as inundações são naturais e mais antigas que a humanidade. Fazem parte do ciclo hidrológico do planeta. No entanto, as tragédias por elas causadas são consequência dos desmandos e descuidos dos homens” (Assumpção, 2015, p. 64).

Quanto ao cognema “tristeza”, trata-se de uma emoção relacionada ao risco de desastre, somando-se a outras cognições que revelam emoções quanto ao objeto. Parece-nos que essa cognição está relacionada à expectativa do desastre, no sentido de que os participantes compreendem que eles e a cidade não estão preparados para lidar com a situação, ficando tristes diante disso.

A respeito da cognição “barreira” para o termo indutor “risco de desastre em Petrópolis”, parece-nos que se trata de uma preocupação dos participantes, tendo em vista ou a presença de barreira – o que demonstra tratar-se de área de risco, ou da ausência da barreira – o que revela a insegurança dos participantes diante da necessidade desse aparato/técnica em algum lugar em que se apresentam riscos.

Silva (2021, p. 150) aponta que há forte relação entre reconhecimento do risco e barreiras. Aduz ainda que essa associação decorre muito do trabalho de especialistas que criam “material informativo para a população”, no qual se pretende divulgar os riscos de deslizamentos de terras, visando que o risco seja reconhecido nas barreiras e que, assim, as famílias não construam em áreas onde elas estão presentes. Essa afirmativa implica uma alternativa de construção de moradias em locais onde não haja barreiras, sendo oportuno questionar se as famílias que moram em áreas de risco teriam condições econômicas e financeiras para construir em outras localidades. Parece que a vinculação entre risco e barreira almejado pelos especialistas na área foi alcançado, mas não foi alcançado o fim a qual se propunha, isto é, que pessoas não morassem em áreas de risco, nomeadamente áreas com barreiras.

Quanto à cognição “fuga”, acreditamos que se trata de uma resposta humana diante do risco de desastres. Valencio (2020) problematiza a tríade proposta pela Defesa Civil de redução de riscos de desastre (sirene, rota de fuga e simulados de emergência), sem questionar a sua eficácia, mas ponderando que há uma finalidade subsidiária na apresentação de soluções simples e padronizadas para combater desastres e resultados deslocalizados, incalculáveis e

imprevisíveis. Essa finalidade seria de “converter o medo coletivo de uma possível ocorrência de desastres em um meio pelo qual se buscara naturalizar uma ordem social baseada em comportamentos sociais dóceis a uma ordem social antidemocrática” (Valencio, 2020, p. 20).

Ressaltamos aqui as três características da percepção do risco propostas por Beck (2008) que impedem que seja possível que a tríade de redução de riscos funcione perfeitamente. São elas: des-localização (consequências e causas dos desastres podem estar em qualquer lugar); incalculabilidade (das consequências do desastre); e “não compensabilidade” (reconhecimento da impossibilidade de equilibrar a situação pré-risco para que o desastre não ocorra efetivamente, e que impõe a lógica de aceitar o desastre, tentando prevenir e mitigar os efeitos).

Quanto ao elemento cognitivo “trauma”, parece ser a consequência de eventos anteriores que impactam o psiquismo dos participantes diante do risco de desastres. Penna (2015), acerca da questão do trauma, informou que este se relaciona com o luto e a perda, uma vez que toda perda é traumática. Ponderou que pode haver uma fase de latência, em especial quando se trata de trauma massivo. Esse tipo de trauma, a impossibilidade de vivenciar a dor, em razão de todos do mesmo grupo de pertença estarem na mesma situação e não haver quem possa acolher a dor, pode haver o adoecimento, ou seja, pode haver o sintoma que revela o trauma após décadas de ocorrência do evento traumático, fato este que pode ser confundido com resiliência. O autor ainda fala de “trauma” transgeracional, no qual o elemento não foi elaborado por uma vivência de luto pela geração que sofreu o evento adverso. Assim os sintomas de adoecimento vão aparecer nos filhos ou nos netos sobreviventes ao trauma.

Erikson (1998), relatando as consequências do desastre em Buffalo Creek indica, também, que os atingidos perderam a fé, tanto na ordem natural, quanto na ordem social, indicando tratar-se de sintoma da neurose pós-traumática.

Percebemos que a representação social do risco de desastre em Petrópolis, no grupo pesquisado, apresenta um provável núcleo central constituído de: “medo”, “desespero”, “desabamento” e “enchente” e permite a seguinte interpretação, resumida desta forma: concebemos que o cognema “medo” emergiu em razão da vivência de efetivos e sucessivos desastres; outro elemento de grande expressividade do núcleo central é o “desespero”, um sentimento atrelado à consciência acerca da possibilidade real de ocorrência de novo desastre. Juntos a esses dois cognemas, o risco de desastre é representado socialmente atrelado a questões pontuais como “desabamento” e “enchente”, fatores considerados como causa / consequência para o risco de desastres.

7. Conclusões

Ao nos debruçar sobre esta pesquisa, questionamos quais seriam as representações sociais dos “riscos de desastres em Petrópolis”, segundo os moradores do bairro Alto da Serra daquela cidade. A indagação inicial estava centrada em compreender o que acontecia na cidade e na sociedade petropolitana para justificar tamanha vulnerabilidade diante dos vários desastres experienciados, e o quanto os petropolitanos atuariam como atores protagonistas para resistir ou contribuir com o cenário de risco constante.

Era esperado encontrar representações sociais sobre risco de desastre em Petrópolis plasmadas em avaliações negativas, periculosidade, naturalização do risco/desastres e necessidade de cuidado. Observamos, no entanto, representações que apontam para um conhecimento balizado em sentimentos/emoções e quase ausência de práticas, exceto pela presença da cognição “fuga” na zona de contraste.

Vamos apresentar uma breve síntese sobre os resultados e discussões da pesquisa realizada a fim de sugerirmos algumas medidas concretas que poderiam ser implementadas visando promover (1) preparação para os riscos de desastre e (2) ação para o desastre em si pelo fortalecimento da saúde mental no cenário presente na cidade.

Como resultado da representação social do “risco de desastres em Petrópolis” as cognições que emergiram no provável Núcleo Central, apresentado na Tabela 1, foram “medo”, “desespero”, “desabamento” e “enchente”. Percebemos que no Núcleo Central da RS em Petrópolis, o grupo apresentou uma dinâmica regida pelo “medo”, em razão da vivência de efetivos e sucessivos desastres, que tendem a se repetir. O sentimento pulsante nesse grupo foi o de “desespero”, uma condição atrelada à consciência acerca da possibilidade real de ocorrência de novo desastre. O risco de desastre foi representado socialmente atrelado a questões pontuais como “desabamento” e “enchente”, fatores considerados como causa/consequência para o risco de desastres.

Verificou-se que fechamos a apreciação do provável Núcleo Central da representação social do risco de desastre em Petrópolis, no grupo pesquisado, sem que cognições ligadas a responsabilidades sociais e políticas ou formas de prevenção emergissem. Temos aqui, apenas, a predominância dos sentimentos de medo e a emoção de desespero em ambos os objetos investigados, não havendo maiores reflexões sobre aspectos práticos do risco de desastre e dos desastres propriamente ditos, como se os conhecimentos que circulam entre o grupo os

deixassem sem ação para lidar com a questão, restando-lhes apenas sentir e reconhecer as fontes de risco.

Pelas análises das representações elucidadas acima, acreditamos que elas revelam práticas sociais passivas, em razão dos participantes estarem fixados nos sentimentos, imersos no trauma, no bloqueio da elaboração dos sentimentos de tristeza, medo e desespero que os desastres provocados por desabamentos e enchentes provocaram.

Parece-nos que o trauma (individual e coletivo) precisa ser trabalhado por ações terapêuticas que legitimem a dor e o sofrimento e possibilitem a vivência do luto por amigos, familiares e demais perdas sofridas pelos desastres. Isso daria aos participantes uma dimensão histórica do problema para que, depois dessa fase, seja possível se posicionar como sujeitos que reivindicam políticas públicas, bem como orientem as necessidades preparatórias, mitigatórias e preventivas que as suas realidades de convívio com o risco.

A partir dos resultados da pesquisa, concluímos que os participantes representam o risco de desastres prioritariamente, utilizando suas emoções e sentimentos no provável núcleo central. Isso indica que os conhecimentos que conduzem a ações concretas para lidar com os riscos de desastres estão pouco presentes. Sugerimos que haja a preparação para o enfrentamento/gestão local do risco de desastre, por intermédio de um trabalho interdisciplinar nos Nudecs, visando à preparação da população, inclusive contando com a participação de psicólogos os quais devem trabalhar a noção de risco dos moradores e trabalhadores de área, que invocaram termos como “desabamento” e “enchente” no núcleo central da representação social de risco na cidade. Os trabalhadores devem lidar com sentimentos imobilizantes como medo e desespero a fim de permitir uma efetiva ação quando da ocorrência de um risco for materializada. Sugerimos que seja feito o mapeamento de soluções possíveis para lidar com a realidade do desastre, tanto no desastre em si como no pós-desastre. Deve-se partir da escuta das alternativas de ações (rota de fuga, instituições de pontos de abrigo, instalação de sirenes, administração de abrigos, construções de habitações etc.) propostas pelos membros de cada comunidade, valendo-se da referência do Nudec de cada local, para fornecer a escuta da população, treinamento para ação e ações para reconstrução. Aqui, mais do que simples treinamento já integrante de um protocolo geral como vem ocorrendo, visa-se fortalecer o protagonismo social acolhendo as soluções proposta pela sociedade e para ela, fortalecendo a confiança e crença de possuir algum controle na gestão de desastre.

A presente pesquisa poderá orientar novas propostas concretas de atuação na gestão de risco e desastre no Município de Petrópolis, em especial ao conseguir pontuar aspectos

psicológicos que precisam ser fortalecidos para o efetivo enfrentamento dos desastres futuros que poderão atingir a cidade.

Referências

- ABRIC, J.-C. “A abordagem estrutural das representações sociais”. In: MOREIRA, A. S. P.; PAREDES, A. S.; OLIVEIRA, D. C. (org.). *Estudos interdisciplinares de representação social*. Goiânia: AB, 2000. p. 27-38.
- ABRIC, J.-C. “A abordagem estrutural das representações sociais: desenvolvimentos recentes”. In: CAMPOS, P. H. F.; LOUREIRO, M. C. S. (org.). *Representações sociais e práticas educativas*. Goiânia: UCG, 2003. p. 37-57.
- AMBROZIO, J. *Petrópolis - o presente e o passado no espaço urbano: uma história territorial*. Petrópolis: Escrita Fina, 2013.
- ASSUMPÇÃO, R. S. F. V. *Petrópolis - um histórico de desastres sem solução? Do Plano Köeller ao programa cidades resilientes*. 2015. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://bvssp.icict.fiocruz.br>. Acesso em: 14 dez. 2022.
- BECK, U. “Momento cosmopolita da sociedade de risco”. *ComCiência*, Campinas, n. 104, 2008. Disponível em: http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542008000700009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 17 dez. 2022.
- BECK, U. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- DUTRA, A. S. “Problematizando o conceito de risco”. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 33, p. 177-192, 2015. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_33_6_Dutra.pdf. Acesso em: 10 dez. 2022.
- DUTRA, A. S. *Gestão de desastres e Serviço Social: reflexões críticas sobre a atuação de assistentes sociais junto aos órgãos municipais de proteção e defesa civil*. 2017. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/48888/48888.PDF>. Acesso em: 10 dez. 2022.
- ERIKSON, K. T. “Trauma at Buffalo Creek”. *Society*, New York, v. 35, n. 2, p. 153-161, 1998. Disponível em: <https://www.proquest.com/scholarly-journals/trauma-at-buffalo-creek/docview/206714941/se-2>. Acesso em: 4 nov. 2025.
- FERREIRA, C. O. Tem risco, mas na minha casa não: análise da percepção ambiental de risco da comunidade Amazonas, Petrópolis (RJ). 2018. *Dissertação* (Mestrado em Práticas em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/4644>. Acesso em: 9 dez. 2022.

GARCÍA-ACOSTA, Virginia. “A história do conceito de desnaturalização de desastres”. *Ciência & Trópico*, [S. l.], v. 45, n. 2, 2021. Disponível em: <https://fundaj.emnuvens.com.br/CIC/article/view/2058>. Acesso em: 4 nov. 2025.

JODELET, D. “Representações sociais: um domínio em expansão”. In: JODELET, D. (org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUerj, 2001. p. 17-44.

LOURENÇO, L. “Introdução”. In: LOURENÇO, L.; AMARO, A. (org.). *Riscos e crises: da teoria à plena manifestação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018. p. 11-13.

MORAES, P. M. de; CHAMON, E. M. Q. O.; CHAMON. “Risco: um estudo em representações sociais”. In: *X Encontro Latino-americano de Iniciação Científica e VI Encontro Latino-americano de Pós-graduação*, 2005, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: Univap, 2005. Disponível em: https://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2006/epg/06/EPG00000574_ok.pdf. Acesso em: 8 dez. 2022.

MOSCOVICI, S. *Natureza: para pensar a ecologia*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

MOSCOVICI, S. *A psicanálise, sua imagem e seu público*. Petrópolis: Vozes, 2012.

PENNA, C. “Investigações psicanalíticas sobre o luto coletivo”. *Cadernos de Psicanálise*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 33, p. 9-30, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-62952015000200001&lng=pt&tlang=pt. Acesso em: 3 dez. 2022.

REVET, S. “Pensando e enfrentando desastres: uma visão geral da pesquisa em ciências sociais e política internacional”. *Critique Internationale*, n. 52, p. 157-173, 2011. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-critique-internationale-2011-3-page-157.htm>. Acesso em: 10 dez. 2022.

SILVA, J. C. B. da; MENEZES, J. de A. “Discursos sobre o risco no contexto da gestão de emergências e desastres”. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 145-164, 2021. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/19066/19937>. Acesso em: 12 dez. 2022.

TAVARES, L. M. B.; BARBOSA, F. C. “Reflexões sobre a emoção do medo e suas implicações nas ações de Defesa Civil”. *Ambiente & Sociedade*, v. 17, n. 4, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC473V1742014>. Acesso em: 11 dez. 2022.

TUAN, Y.-F. *Paisagens do medo*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

VALENCIO, N. “Entre sirenes, rotas de fuga e exercícios de simulação: vida cotidiana sob os riscos de desastres”. *Saúde em Debate*, v. 44, spe2, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042020E202>. Acesso em: 12 dez. 2022.

YOUNES-IBRAHIM, S.; PINHEIRO, M. de A.; PARDO, C. R. “Testemunhos de sobreviventes ao desastre de 2011 em Petrópolis: abordagem psicossocial em um campo

ferido”. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 366-386, maio-ago. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/epp.2019.44279>. Acesso em: 1º dez. 2022.